

# Presidente propõe criação de comissão

*É a seguinte a entrevista coletiva concedida pelo presidente, Fernando Henrique Cardoso, do Planalto:*

"Boa noite. Eu trabalho tanto que não sei se é tarde ou noite.

Olha, eu queria, depois de ter tido um encontro com representantes do MST, basicamente, mas também de muitos setores, que participaram desse movimento pela reforma agrária, transmitir ao País, primeiro, a minha satisfação pelo fato de que houve uma manifestação pacífica, dentro da democracia, chamando a atenção para um problema social, que aflige a todos nós.

Segundo, tive a satisfação de ter recebido este grupo de representantes e trocar com eles as nossas opiniões, de uma maneira muito democrática, muito aberta. Acho que o presidente da República, em certos momentos, deve ouvir, ouvir muito, com humildade, para poder aprender, e espero que, também, os outros setores ouçam. Foi o que eu pedi insistentemente: para que confirmem as informações, para que não divulguem informações que são impressões, mas que não têm base na realidade. E que, como ninguém é dono da verdade, convém sempre se abrir à opinião de terceiros.

Trouxeram-me alguns pontos, a respeito da questão da reforma agrária. São basicamente nove pontos. Eu propus que esses nove pontos fossem submetidos a uma comissão, ou o nome que se dê, composta, por representantes da sociedade civil, mas que entendam, que tenham algumas informações sobre o orçamento, sobre os números, sobre as possibilidades, sobre a questão agrícola em geral, sobre as políticas econômicas, ao lado de pessoas que sejam representantes de segmentos, os que estão mais empenhados nesse movimento. Então deixei o convite democrático, para que haja um diálogo eletivo.

Acredito que tenha sido proveitoso o encontro, até porque uma atitude de negativismo não ajuda. E, sobretudo, não ajuda aos que mais necessitam, que são os po-

bres, os que necessitam de terra, que não querem saber se um fulano é de um partido ou de outro.

Quando a questão toma uma característica de atacar sempre, aí quem perde são os mais pobres. Então, eu pedi que não houvesse essa atitude negativista, que se reconhecesse o esforço grande que está sendo feito, no sentido de que o Imposto Territorial Rural seja mais efetivo, de que haja mais assentamentos, de que haja mais desapropriações, dentro da lei. Sublinhei bastante o aspecto da lei, porque sem democracia será muito mais difícil o avanço concreto para as populações.

Acredito que de tudo que ouvi, que não posso prejulgar e imaginar que não haja vontade de cooperar, que seja só um ato para atacar, porque isso não resolve, o que resolve é criticar e avançar. Convidei-o a que avançássemos juntos, que o Brasil espera uma atitude madura de todos aqueles que têm responsabilidade nesta matéria, para que nós possamos avançar juntos.

Acredito, também, que há certas questões muito concretas, que podem ser modificadas. Por exemplo: não adianta muito fazer um movimento internacional para reclamar da reforma agrária no Brasil. O que adianta é pedir que, na Europa, por exemplo, se baixem as tarifas agrícolas, para os produtos de assentamentos.

Porque é muito fácil um intelectual europeu, uma ONG europeia, manifestar-se a favor da reforma agrária no Brasil, criticar o governo do Brasil. Não custa nada. Mas é mais conseqüente, na prática, criar condições para que melhore a situação do Brasil.

Então, existe o chamado Acordo de Lomé, que beneficia os países africanos e dá certas isenções para exportações agrícolas. Por que não isentar as produções dos setores assentados, ou da pequena unidade de produção familiar? Aí, em vez de ser, simplesmente, um gesto gratuito, de reclamar sobre uma situação que não conhece, passa a ser uma luta concreta de solidariedade.

Eu propus que juntos, o governo, a sociedade, o MST, nos movimentássemos nessa direção. Apenas para dar um exemplo de

como se houver, de fato — acho que há vontade de mudar as coisas e não, simplesmente, vontade partidária, de atacar o governo, como é possível avançar juntos.

Essa é a minha disposição. Acho que o Brasil todo está ansioso para que as coisas melhorem. Eu acho que nós temos melhorado. Também, diante de certas críticas, que são genéricas, sobre a política econômica em geral, sobre o empobrecimento em geral, eu procurei mostrar que isso não corresponde aos dados, mas, mais do que isso, eu acho que é preciso que haja uma análise mais objetiva, motivada pela indignação. Sobretudo pela indignação pela violência, ou que tenha existido no Brasil, que é inaceitável, de matança, impunidade, motivada por isso. Mas por caminhar. E caminhar, não basta caminhar com explosão, contra. Tem de ter um caminho, tem de definir este caminho. E nós estamos tentando definir este caminho diante da sociedade brasileira.

Acho que foi uma prova de maturidade democrática o fato de nós estarmos discutindo os problemas que nunca foram discutidos nessa proporção, nem com essa franqueza entre o governo, a sociedade e os vários segmentos. Há o empenho do ministro Jungmann em encaminhar soluções. O ITR que foi aprovado, o rito sumário, desapropriações que só no meu governo correspondem ao tamanho de uma Bélgica. Então, se isso não é caminhar para a reforma agrária, o que será? No passado se fez alguma coisa mais do que isso? Não creio. Isso é suficiente? Não é. Mas para que, realmente, isso possa avançar, chegou o momento de uma convergência. E essa convergência tem de ser, realmente, alguma coisa motivada pela esperança de melhoria para o povo, e na aceitação da boa fé de todos aqueles que estão se empenhando nisso, quaisquer que sejam seus pontos de vista, estejam no governo, na oposição, sejam membros da sociedade civil ou sejam membros da mídia, os quais têm uma importância muito grande em ajudar a não só encaminhar essas questões como a criar um clima no País que permita um avanço democrático.

Era isso, muito obrigado."